



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Educação
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PROCESSO Nº: E-03/10.700.632/2002
INTERESSADO: COLÉGIO FUTURO MILLENNIUM

PARECER CEE Nº 115 /2004

Responde a consulta da Coordenadoria de Inspeção Escolar, determina o encerramento das atividades irregulares do Colégio Futuro Millennium, situado na Av. 28 de Setembro, nº 100 - Saudade, Município de Barra Mansa, e dá outras providências.

HISTÓRICO

1. Instrução Processual

Terezinha de Jesus de Assis, **não qualificada**, aparentemente representante legal (visto o timbre do papel utilizado) do Sistema Integrado de Educação Futuro Millennium, uma vez que **não especifica**, dirige-se à CRR do Médio Paraíba II, **em ofício de 07/10/2002**, onde apresenta comunicação de funcionamento **desde 26/08/2002** dos cursos de Educação para Jovens e Adultos nos níveis Fundamental e Médio na Siderúrgica Barra Mansa, situada na Av. 28 de Setembro, nº 100 - Saudade, Barra Mansa, **afirmando** cumprir o Art. 7º § 2º da Deliberação CEE nº 259/00 e em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e Região.

2. Relatório Analítico

A Senhora Maria Carmem Araújo Vilela, digna assessora de Acompanhamento e Avaliação do Ensino da CRR do Médio Paraíba II, **encaminhou** a comunicação com pedido de orientações à COIE, em 15/10/2002, aditando que a escola é autorizada a funcionar no Município de **Volta Redonda** e, no entanto, possui convênios com o Sindicato dos Metalúrgicos instalado em Barra Mansa, onde ministra aulas dentro do Sindicato, embora os alunos **recebam a documentação pela escola de Volta Redonda**.

Após análise por diversos setores, a ilustre Coordenadora de Inspeção Escolar, Prof.^a Heloisa Helena Maciel Garcia, encaminhou ao Conselho Estadual de Educação a solicitação de orientação quanto aos procedimentos a serem adotados. Solicita também que se esclareça se é possível aceitar que uma instituição autorizada a funcionar em determinado Município valha-se desse amparo legal para funcionar em outro Município, mesmo que na mesma área da abrangência de dada Coordenadoria Regional. Adita que o Colégio Futuro Millenium é autorizado a funcionar apenas em Volta Redonda.

3 – Premissas ao Mérito

3.1 – Norma Legal : Autorização de Curso, local e endereço.

a) O Parágrafo único do Artigo 11 da Deliberação CEE n.º 259/00 dita: *“Nenhuma instituição de ensino poderá iniciar cursos de Educação para Jovens e Adultos sem estar devidamente autorizada, não se aplicando o § 6º do Art. 20 da Deliberação CEE nº 231/98”.*

A preocupação do legislador foi tão severa que a exclusão do § 6º do Art. 20 vem porque sequer é admitido o decurso de prazo na autorização para EJA.

b) O *caput* do Artigo 11 da Deliberação CEE n.º 259/00 define: *“A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de ensino que oferecem a Educação para Jovens e Adultos será concedida mediante o atendimento aos termos da Deliberação CEE nº 231/98, suas alterações e da presente Deliberação.”*

Toda e qualquer escola que ofereça ensino presencial, inclusive de Educação para Jovens e Adultos, deve ser autorizada com base na Deliberação CEE nº 231/98, porque o ato do Poder Público é único e inextensivo: - é para dada escola que se sedia em determinado endereço: certo, prévia e devidamente inspecionado.

c) Excepcionalidade: EJA como Curso Novo em escola já autorizada.

Em recente análise, com base no processo: E-03/101.875, de 24/09/2001, este relator firmou Parecer pelo qual: **“todo estabelecimento de ensino legalmente autorizado pode iniciar a oferta de cursos de Educação para Jovens e Adultos, na forma prevista pelo § 6º do artigo 20 da Deliberação CEE nº 231/98”**

Na circunstância, em caráter excepcional, é bastante que o agente da Inspeção Escolar que acompanha a escola exare laudo conclusivo favorável, sem que, com isso, o estabelecimento fique dispensado de cumprir os demais preceitos contidos na Deliberação CEE nº 231/98.

3.2 – Deliberação 259/2000 - Art. 7.º: texto revogado pela Deliberação CEE nº 285/03.

Apenas em 7 de outubro de 2002, depois de ter iniciado as atividades há mais de um mês, ou seja, **desde 26 de agosto**, a instituição notifica à Inspeção Escolar de Barra Mansa, que está se valendo do parágrafo 2.º - Art. 7.º da Deliberação CEE nº 259 para efetivar uma prática irregular. A entidade em causa está triplamente irregular.

- a) ***Não poderia funcionar fora de sua sede, conforme exposto em 3.1;***
- b) ***No mínimo, houve predisdigitação ao invocar a suposta base no Art. 7.º da Deliberação CEE nº 259. Trata-se de um texto revogado na manhã de 26 de agosto de 2000, quando o Plenário do Conselho Estadual de Educação aprovou a Deliberação CEE nº 285/03;***
- c) ***Mesmo que estivesse em vigor, o parágrafo 2.º do Art. 7.º, em causa, não abrigaria a irregularidade cometida. Senão vejamos:***

Caput do Art. 7º - Os cursos de Educação para Jovens e Adultos presenciais, com carga horária mínima... serão oferecidos por instituições de ensino **devidamente autorizadas**.

§ 2º - As instituições de ensino **especificamente autorizadas** pelo órgão próprio do Poder Público poderão ministrar Cursos de Educação para Jovens e Adultos presenciais em instituições religiosas, locais de trabalho, sindicatos, associações de moradores, telessalas e outros assemelhados, **desde que** o órgão de supervisão do Sistema de Ensino seja **previamente informado** por correspondência com A.R.

Veja-se que à Inspeção Escolar cabe a palavra final:

- 1- **A instituição não solicitou, nem foi autorizada a funcionar em Barra Mansa;**
- 2- **A faculdade prevista no parágrafo 2.º só valeria para uma escola autorizada;**
- 3- **A informação por A.R. deveria ser prévia e a Inspeção Escolar poderia vetar o local se encontrasse condição irregular ou inadequada, até mesmo quando lidasse com pedidos de estabelecimentos totalmente regulares.**

O Conselho Estadual de Educação vem freqüentemente sendo informado de problemas provocados pelo Colégio Futuro Millennium, em casos lamentavelmente idênticos. Trata-se dos funcionamentos irregulares nos Municípios de Valença, Resende, Tanguá e Angra dos Reis apreciados para edição dos Pareceres CEE nºs 1.000/2002 e 1.002/2002.

Desta feita, alega suposto respaldo legal para iniciar novas atividades irregulares. **Esta escola não pode continuar se utilizando, sob nenhum pretexto, de tais práticas.**

3.3 – Deliberação CEE nº 285/03, de 26 de agosto de 2003 - Altera normas para funcionamento de cursos destinados à Educação para Jovens e Adultos, revoga os artigos 7.º, 8.º, 9.º e 12 da Deliberação CEE nº 259/00, e dá outras providências.

Processo nº: E-03/10.700.632/2002

Art. 4º. Os Cursos para Jovens e Adultos destinados à alfabetização ou ao primeiro segmento do Ensino Fundamental, equivalentes à etapa que abrange da 1.ª à 4.ª série, terão estrutura e duração definidas pelas próprias instituições, desde que, antes do início de cada nova atividade, comuniquem ao órgão competente da Inspeção Escolar o Plano de Curso, o endereço e horário de funcionamento e os quadros técnico e pedagógico designados, para cadastramento, acompanhamento e fiscalização.

§ 1º. São consideradas credenciadas a oferecer, ministrar e certificar os cursos previstos no “caput” deste artigo todas as instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino, ou, quando couber, do correspondente sistema de ensino federal ou municipal.

§ 2º. Os cursos previstos no “caput” deste artigo podem ser ministrados pelas instituições de ensino consideradas credenciadas também sob a forma de convênio com sindicatos, empresas, clubes, instituições religiosas, locais de trabalho ou associações em geral, desde que atuem exclusivamente no âmbito do Município onde se sediam e façam a comunicação prevista no “caput” deste artigo.

No que concerne à nossa análise, o novo instrumento legal não deixa dúvidas:

- a) Quanto à liberdade e amplitude para oferta de Educação para Jovens e Adultos na etapa equivalente ao segmento de 1.ª a 4.ª série do Ensino Fundamental e Classes de Alfabetização;
- b) Quanto à exigência, para uso desta faculdade, é necessária a autorização legal para funcionamento da escola nas outras etapas da EJA;
- c) Quanto aos itens que devem ser observados na efetivação do comunicado à Inspeção Escolar e suas finalidades, bem como a autonomia da Inspeção;
- d) Quanto ao limite geográfico, está bem definido: o Município onde a escola se sedia com a devida autorização do Poder Público.

Este processo administrativo foi distribuído na Câmara de Educação Básica, estando com a completa instrução em 27/01/2004 e está concluso desde 01/03/2004. Por força do término de mandato, será dessa forma encaminhado a novo Relator, ou, na eventual recondução, assim apresentado à competente Câmara, aditado o voto.

VOTO DO RELATOR

Considerando as normas que regem a Educação Nacional; dado o disposto no texto legal emanado pelo Conselho Estadual de Educação; vista a integridade da matéria, **VOTO** :

É nosso Parecer, em resposta à consulta efetivada pela Coordenadoria de Inspeção Escolar, no que diz respeito à liberdade de criação de cursos de Educação para Jovens e Adultos, sua fiscalização e locais de funcionamento:

a) Com base no disposto no Artigo 11 da **Deliberação CEE nº 259, de 07 de novembro de 2000**, e na Deliberação CEE nº 231, de 20 de outubro de 1998, que: Qualquer escola que ofereça ensino presencial, inclusive de Educação para Jovens e Adultos, deve ser autorizada com base na Deliberação CEE nº 231/98. Daí, o ato do Poder Público é único e inextensível: - é para dada escola, em endereço bem definido e mantida por pessoas (físicas ou jurídicas) determinadas.

b) Com base no disposto no Artigo 4.º da **Deliberação 285/03, de 26 de agosto de 2003**, que altera normas para funcionamento de cursos destinados à Educação para Jovens e Adultos, revogando os artigos 7.º, 8.º, 9.º e 12 da Deliberação CEE nº 259/00, que:

- Apenas os cursos para Jovens e Adultos, destinados à alfabetização ou ao primeiro segmento do Ensino Fundamental, equivalentes à etapa que abrange da 1.ª à 4.ª série, **ministrados por instituições devidamente autorizadas**, terão estrutura e duração definidas pelas próprias instituições.

- É admitido que sejam celebrados convênios com sindicatos, empresas, clubes, instituições religiosas, locais de trabalho ou associações em geral, **desde que** a oferta seja **exclusivamente no âmbito do Município** onde se sediam a escola e a entidade.

- É também necessário que, **antes do início** de cada nova atividade, a escola comunique ao órgão competente da Inspeção Escolar o Plano de Curso, o endereço e horário de funcionamento e os quadros técnico e pedagógico designados, para fins de **cadastro, acompanhamento e fiscalização**.

Também é de nosso Parecer que o funcionamento do Colégio Futuro Millennium, situado na Av. 28 de Setembro, nº 100 - Saudade, no Município de Barra Mansa, ofende a legislação em vigor no Estado do Rio de Janeiro, sendo absolutamente **irregular, intempestiva e ilegal**.

Determinamos, assim, o imediato encerramento das atividades daquele estabelecimento naquele local, devendo a Coordenadoria Regional da Região do Médio Paraíba II **encaminhar** os alunos a instituições devidamente autorizadas e comunicar a este Conselho as soluções aplicadas.

CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Básica acompanha o voto do Relator.

Rio de Janeiro, 1º de junho de 2004.

Irene Albuquerque Maia – Presidente
José Antonio Teixeira – Relator
Amerisa Maria Rezende de Campos
Ângela Mendes Leite
Arlindenor Pedro de Souza
Eber Silva
Esmeralda Bussade
Francílio Pinto Paes Leme
Rose Mary Cotrim de Souza
Tatiana Memória

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO

O presente Parecer foi aprovado por unanimidade.

SALA DAS SESSÕES, no Rio de Janeiro, em 08 de junho de 2004.

Roberto Guimarães Boclin
Presidente

Homologado em ato 30/07/04
Publicado em 10/08/04 - pág. 10